



Assembleia Municipal

**ATA NÚMERO OITO (MANDATO DE 2021-2025) DA  
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
CARREGAL DO SAL, REALIZADA NO DIA 24 DE  
FEVEREIRO DE 2023:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte horas, no Salão Nobre Aristides de Sousa Mendes, Edifício dos Paços do Concelho, nesta Vila de Carregal do Sal, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Carregal do Sal, sob a presidência de Cilene Gomes Lindinho, secretariada, respetivamente, por Sérgio Correia Costa Rodrigues, Primeiro Secretário e por Patrícia dos Santos Ribeiro Costa, Segundo Secretário. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **VERIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE QUÓRUM. ABERTURA DA SESSÃO. REGISTO DAS PRESENCAS E DAS AUSÊNCIAS DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Verificada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, declarou aberta a reunião, eram precisamente vinte horas. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foram registadas as faltas, justificadas, dos membros da Assembleia Municipal Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos, Carlos Alexandre Pais Baptista, António Marques da Costa Pinto, Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos e Rui Manuel Mendes Lopes substituídos nesta sessão por, respetivamente, Francisco Rafael Batista Gouveia, Paulo Jorge de Sousa Batista, Teresa Paula Oliveira Cortês Ferreira, Cátia Marisa Correia Mendes e Jani Marlene de Sousa Amaral. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Assembleia Municipal encontrava-se constituída por vinte membros: Cilene Gomes Lindinho, José Manuel Abreu Carvalho, Francisco Rafael Batista Gouveia, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, Sandra Cristina de Oliveira Cortês, Casimiro Alves Martins Loureiro, Sérgio Correia Costa Rodrigues, António Jorge Ribeiro de Figueiredo, Jani Marlene de Sousa Amaral, Nuno Miguel Dias Marques, Patrícia dos Santos



Ribeiro Costa, Tiago André Pereira Afonso, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, António Manuel Lopes Batista, Paulo Jorge de Sousa Batista, Nuno Miguel Pais Seabra, Teresa Paula Oliveira Cortês Ferreira, Cátia Marisa Correia Mendes e Adelino Morgado Carneiro. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **REGISTO DAS PRESENÇAS E AUSÊNCIAS DO EXECUTIVO CAMARÁRIO.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foram registadas as presenças do Presidente da Câmara, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, da Vice-Presidente da Câmara, Maria Izabel Ferreira Antunes d’Azevedo da Silva, da Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges e do Vereador Manuel António Tavares Santos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **INÍCIO DOS TRABALHOS. ESCLARECIMENTOS.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, iniciou a sua intervenção apresentando cumprimentos aos membros da Assembleia Municipal, aos membros da Câmara Municipal, ao público presente e a todos os que estavam a seguir os trabalhos via *online* através do portal do Município. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Fez referência às ausências e respetivas substituições e, desde logo, saudou o membro Cátia Marisa Correia Mendes que, naquela sessão estava pela primeira vez. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Solicitou, desde logo, a todos que tivessem algum poder de síntese, não deixando de dizer o que pretendiam, por forma a poder cumprir-se a agenda de trabalhos, que era bastante extensa, elaborada com base do expediente, a seguir transcrita: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DIA** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **ORDEM DO DIA** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **2. INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO



ARTIGO 25.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **3. MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO ANO DE 2023, PRECEDIDA DA APROVAÇÃO, POR PARTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DO MAPA DE DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL, REFERENTE AO ANO DE 2022, PARA EFEITOS DE INTEGRAÇÃO DO SALDO DE GERÊNCIA. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

\_\_\_\_\_ **4. EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 4.1 EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZO DESTINADO À AINTAR. FINANCIAMENTO DE OPERAÇÕES NO QUADRO POSEUR. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 4.2 EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZO DESTINADO À OBRA DOS ARRANJOS EXTERIORES DA CASA DO PASSAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 4.3 EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZO DESTINADO À OBRA DE REABILITAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DE CARREGAL DO SAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 4.4 EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZO DESTINADO À OBRA DE CONSTRUÇÃO DE CICLOVIA ENTRE CARREGAL DO SAL E OLIVEIRINHA. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 4.5 EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZO DESTINADO À OBRA DE REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO DO MERCADO MUNICIPAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **5. LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO DAS ENTIDADES PÚBLICAS** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 5.1 DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM ATRASO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022, ALÍNEA B), DO N.º 1, DO ARTIGO 15.º DA LCPA. INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL IP. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_



—5.2 DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUIAS EXISTENTES A 31 DE DEZEMBRO DE 2022, ALÍNEA A), DO N.º 1, DO ARTIGO 15.º DA LCPA. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —

—5.3 DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS EM ATRASO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022, ALÍNEA B), DO N.º 1, DO ARTIGO 15.º DA LCPA. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —

— **REVISOR OFICIAL DE CONTAS** —

—6. NOMEAÇÃO DO CONSULTOR EXTERNO (REVISOR OFICIAL DE CONTAS). RATIFICAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. —

— **7. REGULAMENTAÇÃO MUNICIPAL** —

—7.1 NASCER EM CARREGAL – REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO À NATALIDADE E ADOÇÃO – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —

—7.2 REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DE CARREGAL DO SAL – PROPOSTA. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —

—7.3 REGULAMENTO DO SERVIÇO MUNICIPAL DE PSICOLOGIA DE CARREGAL DO SAL – PROPOSTA. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —

— **CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** —

—8. NOMEAÇÃO DO REPRESENTANTE DO CONSELHO PEDAGÓGICO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CARREGAL DO SAL, NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. —

— **9. CPCJ DE CARREGAL DO SAL** —

—9.1 APRECIACÃO DO RELATÓRIO, DO ANO DE 2022, REFERENTE À ATIVIDADE DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DO CONCELHO DE CARREGAL DO SAL. —

—9.2 CIDADÃOS ELEITORES DESIGNADOS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. OFÍCIO DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DO CONCELHO DE CARREGAL DO



SAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 10. **ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1. TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para informar que o projeto de ata da sessão ordinária realizada no dia vinte e dois de dezembro de dois mil e vinte e dois se encontrava em condições de ser votada, porquanto o respetivo documento foi enviado aos membros da Assembleia Municipal para receção de contributos, não se registando alterações de conteúdo, pelo que se estaria em condições de votar a referida contra ata. Perante isso, foi solicitado o uso da palavra por alguns membros da Assembleia Municipal, ao que a Mesa anuiu. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Casimiro Alves Martins Loureiro* - Apresentou cumprimentos. Usou da palavra para apresentar um ponto de ordem à Mesa, pois tinha sugerido alterações à ata e não as via retratadas no documento. Assim, e na figura da senhora Presidente, censurava a Mesa por não ter feito chegar atempadamente as alterações sugeridas. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Cilene Gomes Lindinho (Presidente da Assembleia Municipal)* - Esclareceu que se tratava de um documento extenso, que tinha sido atempadamente enviado aos senhores membros e, por isso tinha sido dado um prazo até às doze horas do dia daquela sessão para que fizessem chegar os respetivos contributos. Atendendo aos *timings*, o documento não foi reenviado com esses contributos, mas tinham sido integrados. Relativamente ao contributo do membro Sandra Cristina de Oliveira Cortês esclareceu que o mesmo tinha sido um pouco vago e, portanto, apelava a que, no futuro, os contributos fossem um pouco



mais precisos, salvaguardando que, ainda assim, tinham sido considerados na Ata e fazendo votos para que as alterações introduzidas correspondessem ao pretendido.———

———*Casimiro Alves Martins Loureiro* – Voltou a usar a palavra para afirmar que se recusava a votar a Ata apresentada naquela sessão, enquanto não tivesse na sua posse o respetivo documento, pois considerava que se estava perante um atropelo ao Regimento.—

———*Presidente da Assembleia Municipal* - Respondeu que, perante o exposto, se comprometia a enviar a nova versão do documento. —————

———*António Jorge Ribeiro de Figueiredo* - Começou a sua intervenção com a apresentação de cumprimentos. Depois dirigiu-se à Presidente da Mesa para afirmar que concordava em absoluto com o conteúdo das intervenções anteriores, pois deveria ser dado um prazo razoável aos membros para darem os respetivos contributos à Ata de forma a que pudesse depois ser reenviada atempadamente. Propôs, por isso, que a votação da Ata em causa não se fizesse naquela sessão e que simultaneamente fosse definido *timing* para envio de sugestões/alterações com vista ao reenvio do documento para nova apreciação e competente votação.———

———*Presidente da Assembleia Municipal* - Voltou a usar a palavra para reiterar que a Ata seria então reenviada para ser votada na sessão seguinte. —————

#### ——— **INFORMAÇÕES DIVERSAS.** —————

———A Presidente da Assembleia Municipal informou que, entre a correspondência recebida, destacava uma missiva de agradecimento e reconhecimento, que leu, referente às ações desencadeadas face ao falecimento de Inácia Odete, emanada da família enlutada. –

———Sobre a documentação de apoio à Assembleia, que tinha sido enviada pelo *WeTransfer*, informou que se tinham registado algumas dificuldades no seu *download* e, por isso, iriam adotar um procedimento de reforço que era criar uma pasta partilhada onde iriam ser colocados os documentos de apoio das sessões e a que seria dado acesso aos



respetivos membros. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Informou, ainda, que tinha elaborado uma ficha de pré-inscrição para intervenções naquele plenário por parte dos membros deixando à sua consideração manter o procedimento anterior ou adotar a ficha em apreço. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *António Jorge Ribeiro de Figueiredo* - Voltou a usar a palavra para afirmar que entendia ser desnecessária essa ficha, pois tal tornaria o processo mais moroso. Assim, e em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propôs que se mantivesse o procedimento anterior. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Casimiro Alves Martins Loureiro* - Voltou a usar a palavra para expressar a concordância com a posição da bancada do Partido Socialista. Continuou para deixar um reparo à mesa considerando que, no período antes da ordem do dia, ficava a ganhar o último a falar e já tinha acontecido a senhora Presidente dar a palavra aos membros sem ter em linha de conta a ordem pela qual os mesmos levantavam o braço, o que entendia como algum favorecimento pois quase sempre o último a usar a palavra era um membro da bancada do Partido Socialista. Assim, apelava à imparcialidade na condução dos trabalhos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *António Jorge Ribeiro de Figueiredo* - Usou, de novo, a palavra justificando que iria tentar repor a verdade dos factos e aquilo que foi dito pelo antecessor não correspondia à verdade alegando que, naquela sessão, por exemplo, isso não tinha acontecido. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Presidente da Assembleia, Cilene Gomes Lindinho, informou depois das suas participações naquele hiato de tempo: assinatura dos Protocolos com as Associações de Bombeiros Voluntários de Carregal do Sal e Cabanas de Viriato sobre as EIP's; na tomada de posse dos corpos sociais da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Carregal do Sal; no Cantar das Janeiras, em Vila Meã; no lançamento de dois livros, na Biblioteca Municipal, dos carregalenses Pedro Miguel e Helena Figueiredo, a quem



endereçou os parabéns; acompanhamento da visita do senhor Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, Carlos Miguel; tomada de posse e primeira reunião do Conselho Municipal de Educação. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Continuou a sua intervenção recordando que tinha sido aprovado um regulamento referente à atribuição de condecorações e, nesse âmbito, cada representação partidária deveria fazer chegar uma lista ou nome para integrar essa mesma comissão. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **USO DA PALAVRA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Dando continuidade aos trabalhos, informou que estava a ser experimentada uma nova plataforma de contagem de tempo de intervenção que se acreditava permitiria uma gestão mais eficaz desse período. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Antes de declarar aberto o espaço para intervenção dos membros, fez a seguinte Declaração: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ «Ex. mos Srs. membros da Assembleia Municipal \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Esta minha intervenção na Assembleia Municipal decorre de alguns acontecimentos ocorridos nas últimas assembleias. Estamos todos aqui com o único propósito de dar os nossos contributos para a construção de um concelho melhor, mais desenvolvido e onde todos possamos viver bem. Na sessão da Assembleia Municipal de vinte e dois de dezembro de dois mil e vinte e dois o membro Casimiro Loureiro referiu que a Presidente da Assembleia Municipal não tinha exercício o seu poder de autoridade na reunião de vinte e três de setembro em que alegadamente, digo alegadamente porque eu não ouvi, um membro desta assembleia ofende verbalmente outro. Contesto esta acusação porque exercer a autoridade não é “calar” as pessoas. O incidente que aconteceu na citada reunião de setembro, e que eu espero, repito, espero que não volte a acontecer, gerou alguma agitação nas bancadas que a mesa e a sua presidente prontamente sanou,





continuando os trabalhos a decorrer com a necessária normalidade. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Reafirmo o propósito de que situações destas não voltem a acontecer, mesmo nos momentos em que as discussões políticas se tornem mais intensas. Não querendo fugir às minhas responsabilidades, todos somos corresponsáveis para que a Assembleia funcione bem e desempenhe as suas competências com eficiência e eficácia, cumprindo bem a sua nobre missão. Assim, reitero o apelo que os assuntos desta assembleia sejam discutidos com a elevação que este órgão nos exige. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Na reunião de vinte e dois de dezembro o membro Casimiro Loureiro apelou à Presidente da mesa da Assembleia que enviasse a ata da reunião ao Ministério Público. Na quarta-feira passada, dia vinte e dois de fevereiro, via *email*, voltou a questionar-me se já o tinha feito. Ora, a ata de vinte e dois de dezembro, até ser aprovada não tem validade legal. Acrescento que durante este período de tempo, e visando resolver a situação da melhor forma, a Presidente da Mesa encetou diversas diligências como ouvir algumas pessoas, reunir a mesa e consultar o gabinete jurídico da Câmara (inicialmente através de um contacto verbal que depois, a meu pedido, foi passada a escrito toda a análise da situação).

\_\_\_\_\_ Em todo este processo, procurei sempre encontrar soluções mais apaziguadoras porque não estou aqui para incitar e/ou promover discórdias entre as pessoas. Gerindo todo este processo com o bom senso que o lugar que ocupo me exige, mas também tendo em conta a opinião dos colegas de mesa e o parecer jurídico, não será pelas minhas mãos que este processo chegará às vias judiciais. A ata depois de aprovada e devidamente assinada, será pública. Quem se sentiu ofendido e não ficar plenamente satisfeito com a solução encontrada, será livre de agir de acordo com a sua consciência. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Passo agora a ler a conclusão do parecer do gabinete jurídico desta Câmara, acrescentando que a sua versão integral será brevemente por mim enviada aos membros Casimiro Loureiro, Sandra Cortês e António Almeida e a qualquer outro membro que o



pretenda, cujo teor se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_“(...) PELO EXPOSTO, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Por se tratar da alegada prática de um crime dependente de queixa, o eventual envio das atas ao MP pela Sra. Presidente da AM ou por qualquer outro Membro da AM, para efeitos de participação e denúncia da alegada prática de um crime de injúrias, consubstancia um ato sem qualquer efeito se não for apresentada a necessária queixa pela respetiva titular do direito de queixa no prazo legalmente previsto. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_À Sra. Presidente da AM cabe, tão-somente, fazer publicitar a(s) ata(s) e disponibilizá-la(s), como manda a lei, não podendo substituir-se à ofendida no direito que assiste a esta. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Isto para dizer, também, que um eventual procedimento criminal relativo à alegada prática de um crime de injúrias não está dependente quer de qualquer iniciativa por parte da Sra. Presidente da AM quer de qualquer outro Membro da AM. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Salvo melhor opinião, é o que se oferece dizer, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_À consideração de V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A jurista, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Carla Barros Moreira” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Continuou para referir que o membro suplente António Almeida naquele dia não estava em efetividade de funções naquela Assembleia, pelo que lhe tinha feito chegar um pedido de desculpas dirigido ao membro Sandra Cortês, que passava a ler: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_“António Manuel Almeida Figueiredo, membro do Grupo Municipal do Partido Socialista \_\_\_\_\_ na

Assembleia Municipal de Carregal do Sal no mandato 2021/2025, venho, pela presente, com toda a humildade e convicção, apresentar formalmente um pedido de desculpas, retratando-me por tal, à Sr.a Deputada Sandra Cristina de Oliveira Cortez do Grupo



Municipal CICC, pela expressão que inapropriadamente proferi, no decurso do calor da discussão política, aquando da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Carregal do Sal de 23 de setembro de 2022. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ De forma pública, dou nota que jamais foi minha intenção beliscar ou causar qualquer dano no bom nome e reputação da senhora Deputada Municipal, pelo que acentuo o meu propósito. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Ciente das inúmeras virtudes da tolerância em Democracia. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ António Manuel Almeida Figueiredo” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Presidente da Assembleia Municipal, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Cilene Gomes Lindinho» \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Terminou desejando que, face às diligências, o assunto ficasse agora definitivamente sanado. De imediato, declarou aberto o espaço para intervenção dos restantes membros, solicitando que tentassem ser o mais expeditos possível nas suas intervenções. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *António Jorge Ribeiro de Figueiredo* - Na qualidade de líder da bancada do Partido Socialista endereçou os parabéns ao camarada António Almeida pela grandiosidade da nobreza do gesto do pedido de desculpas. Considerou, a propósito, que o arremesso de pedras de forma avulsa pode constituir um revés para quem é detentor de inúmeros telhados de vidro e aludiu ao conteúdo de uma canção intitulada “Cantata da Paz” - “*Vemos ouvimos e vemos, não podemos ignorar*” - que dedicou ao membro Sandra Cortês, para vincar que o que é dito é afirmado no calor do momento e é sujeito a lapsos de linguagem; no entanto, em contrapartida, o que é escrito é fruto de reflexão. A título de exemplo, citou afirmações do membro Sandra Cortês, transcritas em Ata da Assembleia Municipal de setembro de dois mil e vinte e dois quando afirmou que “o *senhor Presidente da Câmara tinha amuado*” e, mais à frente, nessa mesma Ata, “*que quem tinha feito birra de criança*”



*tinha sido o próprio Presidente*” e referiu publicações feitas na página do *facebook* do membro Rui Mendes Lopes (“*adjudicam diretamente serviços sem concurso a entidades que sem escrúpulos jogam em todas as frentes*”) e de Elisabete Caldeira (“*A perseguição política, era no tempo da ditadura, que neste momento está instituída no nosso concelho. (...) A transparência não existe em nada.*”), ambas de dezassete de fevereiro de dois mil e vinte e três, que colocavam celeuma quanto à gestão autárquica e que, estando escritos e sendo alvo de reflexão, configuravam falta de respeito e de consideração e, como tal, poderiam ser motivo de queixa por difamação. Considerou que felizmente, uns e outros tinham formas diferentes de pensar e atuar, pelo que pediu que, enquanto oposição, e em definitivo, procurassem fazer o trabalho para que foram eleitos, pois o Partido Socialista tinha a forte convicção de que o tempo era o seu maior aliado e dar-lhe-ia razão. —————

————— *Paulo Jorge de Sousa Batista (representante da Junta de Freguesia de Beijós) -* Apresentou cumprimentos. Usou da palavra para se reportar ao incêndio de outubro de dois mil e dezassete, que afetou, de forma particular, a Freguesia de Beijós e a aldeia de Pardieiros, onde foram destruídas dezasseis casas que continuavam sem qualquer tipo de intervenção, quer de proprietários, quer de entidades públicas. Questionou se o Presidente da Camara tinha algum plano para solucionar aquele problema, salientando que o PRR – Plano de Recuperação e Resiliência considerava alguns apoios que poderiam ser tidos em conta para algumas dessas necessárias intervenções. —————

————— *António Manuel Lopes Batista -* Saudou todos os presentes e os que seguiam os trabalhos via *online*. Começou por felicitar todos quantos tornaram possível a vivência do Carnaval no Concelho e enfatizar a grandiosidade como tudo decorreu. Apelou, depois, a um maior contributo para o desfile do Agrupamento de Escolas de Carregal do Sal, pois as famílias vivem tempos difíceis. —————

————— Continuou afirmando que, nos últimos trinta anos, se regista um aumento de



viaturas circulantes no Concelho e, de forma particular nas aldeias, não existiam espaços de estacionamento suficientes, o que tem gerado um elevado número de multas. Solicitou a uma reflexão e consciencialização conjunta da Câmara Municipal e das autoridades para esta questão, por forma a minimizar o número de multas que têm sido passadas, e sugerir a realização de ações de sensibilização. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Prosseguiu referindo-se à petição recente que tinha sido entregue na Câmara Municipal para alargamento do túnel de Alvarelhos e sensibilizar para o facto de existirem outras situações muito similares noutros locais do Concelho apelando a que essas situações fossem apresentadas e analisadas na reunião a ser feita com as Infraestruturas de Portugal. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Relativamente à Educação, questionou o ponto de situação sobre o Projeto Carregal Educa e em particular sobre o apoio psicológico e de terapia da fala que deveria estar a ser assegurado a cerca de cem crianças do Concelho. Recordou que o senhor Presidente da Câmara tinha afirmado, na sessão de dezembro da Assembleia Municipal, que essas crianças não ficariam sem esse apoio, mas perante os desenvolvimentos entretanto conhecidos, questionava se as crianças continuavam sem o apoio necessário e, a ser assim, o que estava a ser feito para resolver aquela questão. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Prosseguiu para questionar o ponto de situação em relação às faixas de contenção entre Carregal do Sal e Santa Comba Dão e sobre uma possível intervenção de limpeza de eucaliptos e mimosas, junto à estrada na localidade de Vila Meã. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Terminou questionando o Presidente da Câmara Municipal sobre os processos de admissão para a AINTAR. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Paulo Filipe Rodrigues Cristo* - Apresentou cumprimentos. Começou por realçar o magnífico trabalho que o executivo tem vindo a fazer, pois tem alavancado o nome do Concelho. Acrescentou que, por motivos profissionais, passa por muitos locais e orgulha-se



de dizer que é de Carregal do Sal, pois havia um reconhecimento geral do trabalho que tem sido levado a cabo pelo Executivo, disse, muito graças à audácia do Presidente da Câmara Municipal, referindo, como exemplo, as diversas reuniões e visitas com e de elementos do Governo e a transmissão das reuniões de Câmara e Assembleia *online* que, disse, serem reveladoras da prometida postura de proximidade do Executivo. Enalteceu a capacidade do Executivo estar à frente do tempo referindo-se, a título exemplificativo, a projetos de vanguarda aprovados e outros em avaliação e questionou quantas propostas tinham sido apresentadas pela oposição até àquela data, pois votar contra não chegava. Continuou para lembrar a valorização do associativismo e parabenizar todas as atividades carnavalescas referindo à Queima da Comadre, o Sábado de Carnaval, a tradicional e secular Dança dos Cus, atrevendo-se a dizer que aquele deveria ser o período do ano em que mais pessoas visitaram o Concelho, motivo de orgulho e demonstrativo de que o associativismo e as nossas tradições continuavam bem vivas no Concelho. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Terminou com uma palavra de apreço para a Ucrânia e todos os que sofriam com a guerra que assolava aquele país há precisamente um ano e que simbolicamente era assinalado naquela Assembleia com um apontamento de luzes azul e amarela, desejando que a guerra terminasse o mais rapidamente possível. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira* - Apresentou cumprimentos. Usou da palavra para, em defesa da honra, agradecer ao membro António Jorge Ribeiro de Figueiredo por seguir o seu *Facebook*. Depois parabenizou as associações que organizaram e realizaram as atividades carnavalescas referindo a Associação Folias e Tropelias e a Associação do Carnaval de Cabanas de Viriato, pela excelente dinâmica e empenho no Carnaval do Concelho. E, no seguimento do tema em apreço, questionou quem assumia o transporte de regresso ao estabelecimento de ensino após o desfile de Carnaval do Agrupamento de Escolas acrescentando que era a primeira vez que esse



transporte não era garantido reiterando a pergunta sobre quem recaía essa responsabilidade: o Presidente da Câmara ou quem detinha a pasta da Educação. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Terminou referindo-se à entrega da petição para alargamento do túnel em Alvarelos, solicitando contacto urgente com as entidades competentes e a Câmara Municipal avançar com soluções que beneficiem os cidadãos que necessitam de utilizar aquela passagem diariamente. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Adelino Morgado Carneiro* - Apresentou cumprimentos. Recordando o seu percurso enquanto presidente da Junta, referiu que no início dessas funções e por outra força partidária, enfrentou muitas dificuldades e, com o atual Executivo, a situação era o oposto referindo-se ao facto de, finalmente, se ter conseguido a montagem e instalação de uma antena da MEO em Parada, pelo que congratulava o Executivo em permanência por essa concretização, agradecendo esse empenhamento. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Casimiro Alves Martins Loureiro* - Usou da palavra para, primeiramente, solicitar o cumprimento da legislação referente à publicitação dos editais da Assembleia Municipal designadamente em relação à antecedência da respetiva publicitação que disse não estar a ser cumprida. Prosseguiu desafiando todos os partidos com assento na Assembleia para alterarem o Regimento da mesma no sentido de que as intervenções do público passassem a ser feitas no início das respetivas sessões. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Continuou para referir que ficou grato por ver os subsídios atribuídos no âmbito do apoio à natalidade e desafiou o Executivo a abdicar de alguns projetos megalómanos, como a Ciclovia, que entendia serem elefantes brancos a serem pagos pelos filhos e netos no futuro, em prol deste tipo de apoios. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Dirigiu-se, depois, à Presidente da Assembleia Municipal para agradecer o parecer da CCDR Centro que lhe tinha remetido sobre a inibição do exercício de funções do membro Vasco Jorge Matias Antunes de Almeida, que contestava veementemente.



Continuou referindo que agradecia ao Partido Socialista por ter tirado a tutela das autarquias da Inspeção Geral das Autarquias Locais, no entanto, solicitou à Presidente da Assembleia Municipal que envidasse esforços no sentido de ser pedido um novo parecer sobre o assunto em apreço a outra entidade, que não a CCDR Centro, como por exemplo à Procuradoria Geral da República, pois tratava-se de um membro legitimamente eleito e estavam em causa direitos, liberdades e garantias inalienáveis que não poderiam ser coartadas a ninguém. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Continuou para questionar se havia informação sobre o extinto protocolo da construção da Extensão de Saúde de Cabanas de Viriato que tinha solicitado ao senhor Presidente da Câmara Municipal e que, disse, o Partido Socialista tinha apagado do mapa e que tinha sido da autoria do Partido Social Democrata. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Prosseguiu para agradecer as diligências da Presidente da Assembleia Municipal, relativamente ao bom funcionamento daquela Assembleia, desencadeadas na sequência de afirmações, que considerou impróprias, dirigidas ao membro Sandra Cortês em sessão de setembro último, e pelas quais se congratulava, justificando que o tinha feito por entender que nenhum membro legitimamente eleito ou não eleito poderia ser destrutado em qualquer sítio e muito menos num órgão colegial como era a Assembleia Municipal. Considerou que o acontecido era lamentável e que o Partido Socialista, quando lhe apetecia, punha a ética republicana num canto, questionando se o membro que proferiu aquelas afirmações não tinha tido tempo de se retratar desde setembro até então, tendo optado por fazer um requerimento formal, à Presidente da Assembleia, que a própria leu naquela sessão. Continuou para questionar se isso não era premeditação pois nem só o que é escrito é premeditado; as atitudes também são. Prosseguiu afirmando que todos somos humanos e não acéfalos e, quando erramos, é imperativo assumir. Mas a questão era mais profunda pois o membro teve quase meio ano para se penitenciar e retratar sobre





o que afirmou. Acrescentou o membro Casimiro Loureiro “pensava eu que tinha sido o senhor deputado Jorge Figueiredo o último deputado a ter insultado uma senhora deputada, saudosa desta Assembleia Municipal.” Terminou com um desafio: trabalhem todos em prol do desenvolvimento do Concelho, com dignidade e respeito. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Sandra Cristina de Oliveira Cortês* - Apresentou cumprimentos. Usou da palavra para congratular a Associação do Carnaval de Cabanas de Viriato, a Associação Folias e Tropelias e todos os foliões pela grandiosidade do nosso Carnaval. A esse respeito manifestou o desagrado por ter constatado que as instalações sanitárias, junto ao Julgado de Paz, estavam fechadas no Sábado de Carnaval, questionando o Executivo sobre aquela decisão. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Depois dirigiu-se ao membro António Jorge Ribeiro de Figueiredo, para lhe dizer que tinha toda a liberdade para prosseguir com o que entendesse para o Ministério Público, referente às citadas ofensas a que o mesmo tinha aludido, e até o desafiava a isso. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Ao membro Paulo Filipe Rodrigues Cristo, disse andar desatento e não bastava chegar àquela Assembleia e ler um papel; era necessário saber o que se estava a ler e perceber que o que se lia era verdade e justificou que, na mais recente sessão, o próprio membro da Assembleia Municipal tinha feito uma proposta de alteração ao Regimento. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Dirigindo-se à Presidente da Assembleia Municipal questionou se já tinha informação sobre diligências a tomar em situações futuras pelo incumprimento da alínea c) do artigo sessenta do Regimento daquela Assembleia e, se sim, quais, e considerando que a Presidente se tinha empenhado na resolução daquela questão, o que agradecia, lamentou que fossem necessários cinco meses para que aquela Assembleia Municipal tivesse reconhecido que houve efetivamente falta de respeito para com a sua pessoa. Assim, mantinha a intenção de ser feita uma alteração ao Regimento para que tal não voltasse a acontecer. \_\_\_\_\_



——— Continuou a sua intervenção para questionar se já tinha sido possível averiguar se existia ou não conflito de interesses no âmbito do processo de aquisição de um terreno por parte do Município à Salideia, pois tinha feito uma questão específica, objetiva e democrática na sessão anterior e muito a surpreendeu e desagradou que, na última sessão, tivessem deturpado a sua intervenção com o objetivo de a calarem. Afirmou não ter percebido, perante o que considerou terem sido justificações e ataques, em que qualidade foi feita essa intervenção: se na de proprietária da imobiliária, se na de membro do executivo da Junta de Freguesia de Parada ou se na de trabalhadora da AINTAR. E rematou citando Francisco Sá Carneiro: “O que não posso, porque não tenho esse direito, é calar-me seja sobre que pretexto for”. Ao vereador José Dias Batista, apesar de não estar presente naquela sessão, convidou-o a ouvir as gravações das Assembleias e, quando quisesse proferir as suas palavras, que tirasse notas para não correr o risco de deturpar as suas intervenções e intenções como tinha acontecido numa das últimas reuniões de Câmara. —

——— Dirigindo-se ao Presidente da Câmara, questionou se já estava em condições de responder se o projeto de reabilitação da Escola Secundária previa uma zona coberta para quando os alunos esperassem pelo transporte. —————

——— Reportando-se, ainda, à última sessão da Assembleia Municipal considerou que tem havido, para com a própria, uma notória falta de respeito, o que corroborou com mensagens recebidas, inclusive da filha, o que muito a magoava e, por isso, padecia da mesma dor que o Presidente da Câmara. —————

——— Prosseguiu para se reportar à Estratégia Local de Habitação e, de forma particular, à alienação do antigo edifício dos Bombeiros Voluntários de Carregal do Sal para afirmar que o Movimento do CICC e uma grande parte dos munícipes não se revia na forma e nos contornos como o assunto tem sido tratado. Justificou com base na inexistência de um protocolo de cedências e contrapartidas capaz de atempadamente sustentar uma votação



consciente e consequente alienação; na ausência de um estudo de mercado que constate a necessidade específica de apartamentos com tipologia T0 e T1 no concelho; por se tratar de um edifício ímpar, com memórias importantes que integram e retratam parte da história do Concelho e que, agora querem apagar; por entender que o projeto inicial para a reabilitação daquele edifício cumpria as necessidades e intenções dos munícipes e sobretudo das pessoas que se envolveram na angariação de fundos para esse propósito; por não concordarem com a forma como foram realizados e dirigidos os trabalhos da última Assembleia Geral da Associação Humanitária dos Bombeiros voluntários de Carregal do Sal. Concluiu afirmando que se tratou de uma manobra da inteira responsabilidade do executivo, em que o movimento CICC não se revia e, por conseguinte, revelava uma sede desmedida para que edifícios existentes fossem alienados ao Município e à Estratégia Local de Habitação, pois o valor atribuído por metro quadrado para aquela situação era muito superior ao custo de construção por metro quadrado em vigor e, assim sendo, questionou para onde pretendiam canalizar os valores sobrantes. Continuou referindo-se aos edifícios em construção, cujas obras há muito pararam, contíguos ao edifício dos Paços do Concelho que, entendia, serviriam o propósito da Estratégia Local de Habitação e também teriam enquadramento legal. A propósito questionou se era intenção da Câmara adquirir esses edifícios para o mesmo efeito, ou seja, para integrar a Estratégia Local de Habitação.

---

——— *Tiago André Pereira Afonso* - Apresentou cumprimentos. Questionou o membro Sandra Cortês sobre as propostas que tinha apresentado durante a sua intervenção. Continuou referindo que tinha sido assinado um contrato referente ao Bairro Angelina de Sousa Mendes, motivo de orgulho, único no distrito e um dos vinte e dois a nível nacional aprovados, totalmente financiado pelo PRR, tratando-se de uma obra que vai colmatar diversos problemas ao nível da resposta social sendo por isso uma oportunidade para



muitas famílias carenciadas ali encontrarem uma forma de sobrevivência económica. Acrescentou que isso se deve ao trabalho do Presidente e seu executivo que tem implementado uma postura de proximidade e dinamismo próprios consubstanciados com os municípios, freguesias, cidadãos e membros do Governo central, o que se tem traduzido em mais-valias e se tem revelado uma forma promissora de trabalhar em prol do desenvolvimento do Concelho. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Presidente da Assembleia Municipal* - Relativamente ao *timing* do pedido de desculpas frisou que efetivamente só se tinha realizado uma reunião da Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Relativamente ao eventual conflito de interesses do vereador com a imobiliária Salideia, esclareceu que a intervenção de Cláudia Santos tinha sido feita na qualidade de munícipe, por isso a respetiva intervenção foi feita no período reservado à intervenção do público, apesar de ser também a proprietária da empresa. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Sobre a intervenção do membro Casimiro Loureiro, referente ao pedido de suspensão do mandato do membro Vasco Jorge Matias Antunes de Almeida, informou que, ao abrigo da legislação, a suspensão vigorava pelo período de trezentos e sessenta e cinco dias, ou seja, até ao dia seguinte ao daquela reunião e, por isso, não tinha pedido ainda mais nenhum parecer sobre aquele assunto. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Voltou a usar a palavra para reiterar a questão pois o parecer que a Presidente da Assembleia lhe tinha cedido, inibia o membro de pedir a suspensão do mandato, pelo que questionava à Mesa se o membro eleito perdeu ou não o mandato pois, caso não tivesse perdido esse direito, deveria ser diligenciado um parecer no sentido da suspensão da contagem de prazos uma vez que qualquer diligência suspendia essa contagem. Considerou que a situação era inconstitucional pois não entendia que um membro deixasse de exercer os seus direitos de eleição direta em sufrágio universal por ser



gerente de uma empresa. Acrescentou que o parecer solicitado ao gabinete jurídico da Câmara Municipal sobre a competência da mesa em enviar a ata para o Ministério Público, seria de questionar pois noutras situações menos flagrantes, era pedido serviço de consultadoria externa, ou porque esses serviços têm muito trabalho ou então porque não têm a especialidade em Direito Administrativo. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A presidente da Assembleia Municipal esclareceu que a situação da perda de mandato ultrapassava as suas competências e o membro em causa não era apenas gerente de uma empresa; era sócio de uma empresa que tinha um contrato com a Autarquia. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Esgotado o período de intervenção dos membros da Assembleia Municipal, a Presidente deu a palavra à Câmara Municipal para responder às questões suscitadas. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Presidente da Câmara Municipal* - Apresentou cumprimentos. Começou por questionar o tempo de que dispunha e deixou depois três notas prévias: a primeira para informar do valor já pago a Fernando Crespo relativo ao painel alusivo a Aristides de Sousa Mendes no Salão Nobre e à praceta Artur Jorge Saraiva Pereira da Silva; a segunda para apresentar o mais profundo pesar pelo falecimento da funcionária do Município, Sandra Benzinho e a terceira enfatizar todas as atividades carnavalescas levadas a cabo em todo o Concelho e parabenizar as coletividades - Associação Folias e Tropelias, Associação do Carnaval de Cabanas de Viriato e Associação de Alvarelhos, bem como o Agrupamento de Escolas e as pessoas que direta e indiretamente se envolveram na sua realização e que contribuíram para que o nosso Carnaval continue a ser de excelência. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Continuou referindo-se à intervenção do membro António Jorge Ribeiro de Figueiredo para partilhar o sentimento de que, após aquela sessão, tudo ficasse serenado no que dizia respeito aos atropelos ao respeito e à honra das pessoas. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Prosseguiu a sua intervenção lamentando que o membro Rui Lopes não estivesse



presente naquela sessão pois reconhecia-lhe o dom de escrever bem, mas muito pouco para assumir a sua responsabilidade na Assembleia Municipal e dizer o que pensa sobre diversas coisas. Por isso, e uma vez que não o poderia fazer naquela sessão, pretendia apresentar judicialmente uma queixa por difamação decorrente de afirmações que o membro fez, de extrema gravidade, de que o Executivo que presidia fazia adjudicações a empresas e serviços, sem concurso, o que punha em causa o próprio Executivo e o bom nome dos trabalhadores do Município.-----

-----Ao membro Elisabeta Caldeira, apesar de reconhecer que a mesma tinha toda a legitimidade de dizer o que entendesse, desafiou-a a fazê-lo no púlpito e não nas redes sociais e, nesse sentido, convidou-a a assumir quem é que era perseguido no Município, como tinha referido numa das suas publicações. Assim, e no bom nome das pessoas, considerou que quem tinha responsabilidades no Município, honrassem o voto que lhes foi dado.-----

-----Em relação ao representante da Junta de Freguesia de Beijós, informou que o Executivo estava a fazer um trabalho muito sério em todas as freguesias e tudo estava a ser feito no sentido de dar o arranque desejado ao projeto, que previa a reabilitação de casas devolutas, pois a Estratégia Local de Habitação tinha sido alvo de ajustes em dezembro e teria de ser aprovada, aguardando-se essa decisão para aquisição de mais casas devolutas e a prevista instalação de outras famílias que viviam em situação indigna.--

----- Quanto ao Desfile de Carnaval do Agrupamento de Escolas de Carregal do Sal, esclareceu que o pedido que foi feito pelo Agrupamento, responsável por aquela realização, não considerava o transporte de regresso dos alunos, pois todos os apoios solicitados foram cumpridos, esclarecendo que a afirmação do membro Elisabete Caldeira era, portanto, falsa. Manifestou, ainda, total disponibilidade para, no futuro, encontrar melhores estratégias para resolver aquela questão e continuar a apoiar as solicitações que chegarem



ao Município. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Relativamente ao estacionamento e multas em Fiais da Telha, partilhava a preocupação apresentada pelo membro António Manuel Lopes Batista. Afirmou que, nesse sentido, a Câmara Municipal tinha adquirido uma casa devoluta naquela localidade cujo terreno em frente está pensado para espaço de estacionamento. Para além disso, estavam a ser envidados todos os esforços para considerar utilizar algumas das casas devolutas da aldeia que não sirvam para esse propósito e aí serem criados mais espaços de estacionamento. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Quanto ao túnel de Alvarelos informou que, no dia em que recebeu o grupo de pessoas que fizeram a petição, foi contactada a IP – Infraestruturas de Portugal e ficou agendada uma reunião para o dia quinze de março e discutirem-se as questões relacionadas com todos os túneis do Concelho, salvaguardando que esse era um problema que já tinha muitos anos, mas a Câmara Municipal estava disponível para o tentar resolver. -

\_\_\_\_\_Em relação ao Carregal Educa informou que a Câmara tinha, entretanto, feito uma reunião com a DGESTE, com a Associação de Pais e o Agrupamento de Escolas e ficou definido que, até doze de março, seria apresentada uma relação dos casos que necessitavam de intervenção em que seriam aferidas as necessidades clínicas ou não e aferir, com fundamento, os apoios a considerar, até porque a DGESTE não consideraria as situações que fossem da área clínica. No entanto, e porque em relação à terapia da fala havia algumas dificuldades de resposta pelo Serviço Nacional de Saúde, a Câmara Municipal iria tentar encontrar uma solução e complementar o trabalho que estava a ser feito pela Associação Mãos Unidas. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Sobre as faixas de contenção Carregal - Santa Comba Dão iria aferir o que estava a falhar e, em relação às mimosas e eucaliptos à entrada de Vila Meã, idem bem como iriam tentar perceber o que poderia ser feito em termos de intervenção. \_\_\_\_\_



———Em relação à AINTAR, esclareceu que aquela associação tinha agora lançado todos os concursos para admissão de funcionários, pois até aqui, o que existia eram prestações de serviço, que se impunham face à necessidade de o Município de Carregal do Sal fazer uma recuperação de custos em relação à ETAR de Currelos. Após esta primeira fase – a do arranque da AINTAR, da qual é Presidente e em que contou com a competência de pessoas da sua inteira confiança, feitos os concursos públicos, entrarão aqueles que tiverem melhores resultados. —————

———Dirigindo-se ao membro Paulo Filipe Rodrigues Cristo, registou com agrado as palavras deixadas de reconhecimento pelo trabalho feito considerando, no entanto, que isso era motivo para continuarem a trabalhar ainda mais e encontrarem estratégias de melhoria e desenvolvimento. —————

———Ao representante da Junta de Freguesia de Parada, Adelino Carneiro, disse ter sido um trabalho e negociação difíceis para aumentar a cobertura de rede no Concelho e continuava a sê-lo em relação a alguns locais, designadamente Alvarelhos, Travanca de São Tomé, Vila Meã e Oliveirinha, pelo que ainda tinham um percurso considerável a percorrer para garantir melhor serviço ao nível das redes móveis e cobertura de fibra ótica. A propósito informou ter uma reunião agendada para março com um dos administradores da ALTICE contando conseguir sensibilizá-lo para as necessárias melhorias ainda em 2023 ao nível a cobertura alargada de 5G e de fibra ótica. —————

———Ao membro Casimiro Loureiro respondeu que respeitava a sua opinião, mas acreditava que conseguia ter a capacidade de melhorar substancialmente o Concelho e torná-lo mais dinâmico, mais apelativo. Sobre a situação da tutela do Dr. Vasco Jorge Matias Antunes de Almeida, afirmou nada ter a acrescentar sobre esse assunto manifestando, no entanto, o apreço que nutria pela pessoa, com quem gostaria de trabalhar naquele plenário, mais do que com pessoas que se refugiavam no *Facebook* para atingir a





Câmara Municipal. Aproveitou para informar que tinha sido assinado um novo contrato com a sua clínica, pelo que o Dr. Vasco Jorge seria o médico do trabalho durante mais trinta e seis meses. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Quanto ao protocolo da Extensão de Saúde de Cabanas de Viriato, afirmou não ter nenhum Protocolo, assim como a ARS - Administração Regional de Saúde. O que sabia era que tinha sido adquirido aquele espaço e disponibilizado para a respetiva candidatura ao Portugal 2020 para melhorar aquelas instalações, foi feita a Extensão, que é parte integrante do Centro de Saúde de Carregal do Sal. Acrescentou tudo ter feito, na ocasião enquanto coordenador e agora na qualidade de Presidente de Câmara, para evitar o seu encerramento e para que a mesma passe a dispor de dois médicos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Ao membro Sandra Cortês respondeu que esperava mais do que apenas propostas de Regimento. Sobre o que considerou ser um *fait-diver* sobre a Salideia, disse nada ter a acrescentar; sobre a Escola Secundária esclareceu que foi feito um estudo prévio e o projeto estava a ser elaborado considerando o espaço coberto que se ansiava. Prosseguiu para se referir à Estratégia Local de Habitação e explicar que existiam critérios diferentes em função da tipologia de investimento a concretizar, i.e., se era para aquisição de casas devolutas para nelas intervir e aí instalar famílias carenciadas ou arrendamento a renda acessível. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Em relação ao antigo quartel dos bombeiros Voluntários de Carregal do Sal considerou que, perante as celeumas em torno daquela questão, poderão considerar outras propostas que não a sua integração para estratégia Local de Habitação e tal deverá ser aferido com outras entidades. Salvaguardou, no entanto, que tinham, pelo menos, apresentado um projeto que estava a ser sujeito a escrutínio das pessoas, o que não impedia a apresentação de outras propostas, pois o processo não estava encerrado; pelo contrário. Referiu, a propósito, a reunião a realizar com a Federação dos Bombeiros e outra,



em março, com a Secretária de Estado da Proteção Civil em que poderá ser considerado utilizar aquelas instalações para ali passar a funcionar, no rés-do-chão, uma Unidade de apoio e capacitação da Proteção Civil. Reiterou que o processo continuava ainda em aberto.—

—Prosseguiu dirigindo-se ao membro Tiago Afonso para afirmar que era efetivamente um orgulho muito grande ter visto a candidatura do Bairro Angelina de Sousa Mendes aprovada, e pelo facto de a Ministra da Segurança Social ter referido precisamente que Carregal do Sal tinha sido a única Câmara do país a ter um projeto aprovado no âmbito daquela medida, apresentando-nos como exemplo.—

—O membro António Manuel Lopes Batista pediu para usar a palavra, ao que anuiu a Presidente da Assembleia Municipal.—

—*António Manuel Lopes Batista* - No uso da palavra, solicitou aos elementos das outras bancadas que pensassem sobre as intervenções que a bancada do Partido Social Democrata tem feito naquelas sessões, referindo a título de exemplo, as sugestões de melhoramento da iluminação, melhoria da limpeza nas localidades, melhoramento da recolha e seleção dos lixos, requalificação dos polidesportivos, marcação das estradas por falta de marcação, cobertura da Escola, pelo que era injusto que a bancada do Partido Socialista e o Executivo não reconhecessem esse contributo.—

—Relativamente ao projeto para o antigo edifício dos Bombeiros Voluntários de Carregal do Sal congratulou o Presidente da Câmara Municipal pela sugestão mais recente de ali tentar implementar uma unidade de apoio e capacitação da Proteção Civil e lamentar que os antigos presidentes e dirigentes não terem tomado essa iniciativa prévia. —

—*Sandra Cristina de Oliveira Cortês* - Voltou a usar a palavra para, dirigindo-se ao membro Tiago André Pereira Afonso, contrariar o que afirmou sobre o CICC não apresentar propostas, pois a bancada do Movimento tinha, por exemplo, apresentado uma proposta de



melhoramento à proposta referente às TMU's e lançado o repto para que fossem incluídas coberturas nas escolas, entre outras, sublinhando que estava ali para cumprir a sua missão.

———Depois, dirigiu-se ao Presidente da Câmara para afirmar que tinha ficado feliz por saber da nova sugestão para o antigo edifício do quartel dos Bombeiros Voluntários de Carregal do Sal, pois não considerava só apartamentos, mas considerou que aquele edifício deveria manter uma sala de baile e, por isso, tem sido utilizado o pavilhão da Escola Secundária, o que pode comprometer as condições daquela estrutura e até colocar em perigo quem usufrui daquele pavilhão. \_\_\_\_\_

——— *António Jorge Ribeiro de Figueiredo* - Pediu o uso da palavra para salvaguardar que o que tinha afirmado era de que o trabalho da Oposição era importante e salutar. \_\_\_\_\_

——— *Presidente da Câmara Municipal* - Voltou a usar da palavra para acrescentar e informar aquele plenário que a Câmara Municipal estava preocupada com a situação dos prédios contíguos ao edifício do Centro Cultural, pelo que estavam a trabalhar no sentido da resolução daquele problema tendo já desenvolvido diligências diversas, inclusive tinham reunido com o FUNDO e com a entidade bancária e apresentado a intenção de aquisição dos mesmos, caso nenhuma empresa os quisesse adquirir. Informou ter conhecimento de existir uma venda a uma empresa e, por isso, garantiu que a situação ficaria resolvida, nem que para isso a Câmara Municipal tivesse de exercer o direito de preferência pois estava em causa transformar aquela praça num espaço com vida e vitalidade. \_\_\_\_\_

———Em relação ao membro António Batista, considerou que tem efetivamente apresentado propostas e chamadas de atenção para questões pertinentes, esclarecendo que se referia a propostas de desenvolvimento e estratégias que pudessem catapultar o Concelho. Terminou afirmando que não queria ser de todo injusto com o membro pois tem tido uma postura positiva e crítica, mas construtiva nas intervenções que faz. \_\_\_\_\_

———De seguida, a Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto



da ordem do dia. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **ORDEM DO DIA** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **2. INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para dar a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a apresentação deste ponto da ordem de trabalhos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Presidente da Câmara Municipal* - Usou da palavra para telegraficamente dar destaque ao facto de, no âmbito da Estratégia Local de Habitação, estarem aprovados dois conjuntos de casas – um em Oliveira do Conde outro em Póvoa da Pégada e iria dar-se início ao processo para os respetivos projetos e empreitadas e outras duas iriam à próxima reunião de direção do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Não se registando qualquer pedido de esclarecimento, a Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto, passando ao ponto seguinte. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **3. MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO ANO DE 2023, PRECEDIDA DA APROVAÇÃO, POR PARTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DO MAPA DE DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL, REFERENTE AO ANO DE 2022, PARA EFEITOS DE INTEGRAÇÃO DO SALDO DE GERÊNCIA. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, deu início ao ponto dando a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a apresentação deste assunto. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Presidente da Câmara Municipal* - Informou que a proposta tinha ido a reunião de



Câmara tendo sido aprovada por maioria. Explicou que este era um procedimento comum a todos os municípios e que efetivamente era o orçamento mais alto que esta Câmara já teve e, portanto, era uma grande responsabilidade que abraçavam com sentido de missão. Acrescentou que era, no entanto, com satisfação que abraçavam esta oportunidade de entrar com o que afirmou serem contas minimamente saudáveis no 2030 e PRR, facto que se devia também à gestão dos anteriores executivos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Quanto à dívida, no montante de um ponto oito milhões de euros, sem nenhum tipo de empréstimo, afirmou ser um valor razoável. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Sobre aquela revisão, explicou que visava colmatar alguma desorçamentação que tinha sido feita no orçamento de dezembro, pelo que algumas rubricas eram agora consideradas, e era propósito do executivo levá-las a bom porto, entre as quais se incluíam as intervenções no Estaleiro; na Escola Secundária; no Centro de Saúde; a Habitação Colaborativa, entretanto aprovada; a implementação do Bairro Digital, sobre a qual se realizou uma reunião que mobilizou cerca de quarenta empresários e prestadores de serviço e, na mesma, foi acordado fazer-se um estudo de viabilidade sobre a alteração do sentido do trânsito e foi alvitrada a vontade e pertinência de se criar uma associação de comerciantes no Concelho. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Sobre as grandes obras, afirmou que ficavam em *stand by*, por enquanto, a Ciclovia “Caminho da Esperança”, apesar de a considerar um projeto diferenciador para poder aí incluir os arranjos exteriores da Casa do Passal. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Continuou para afirmar que o executivo tinha ainda duas grandes linhas de orientação: sustentabilidade, no que dizia respeito à substituição de luminárias que ainda não eram *led* para minimizar os gastos com a energia e fazer uma comunidade de energia com painéis fotovoltaicos que dê cobertura a um *raid* de dois quilómetros para a artéria principal do Município e para os edifícios abrangidos que poderiam beneficiar dessa



comunidade.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Concluiu referindo que esperava ver aprovados os Bairros Digitais, bem como a Acessibilidade 360, nos quais depositavam muita confiança e sobre os quais contavam ter resultados positivos, ainda no primeiro semestre de dois mil e vinte e três. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto para discussão este ponto da ordem do dia, aceitando inscrições. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Casimiro Alves Martins Loureiro* - Usou da palavra para enfatizar que era efetivamente o maior orçamento de sempre da Câmara Municipal pois cifrava-se perto dos vinte milhões de euros, mas era certo que em dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte cinco, mantendo-se as mesmas premissas, nunca iria ultrapassar os catorze milhões uma vez que as transferências da Administração Central eram exíguas e as verbas provenientes do PRR começavam a ficar esgotadas. Continuou para fazer uma nova proposta: uma vez que ficava de fora, para já, a Ciclovia da Esperança, porque não requalificar o Pavilhão Municipal para melhor servir a comunidade e, em particular, os praticantes de desporto, considerando-a uma obra estruturante. Recordou que, nos próximos CENSOS, iríamos assistir certamente a um decréscimo da população, o que o entristecia, como o entristecia e preocupava também o nível percentual de endividamento da Câmara, em função do número de habitantes, que previa se cifraria em oito mil nos próximos CENSOS, referindo tratar-se de uma conclusão que o próprio fazia, esperando estar errado nessa análise para bem do Município. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Presidente da Câmara Municipal* - Respondeu que entendia a preocupação do membro, mas destacava que, em relação ao orçamento do ano anterior, foi melhorada a taxa de execução e as receitas e despesas de capital, o que refletia uma produção mais eficiente. Acrescentou que estavam ainda muito longe do seu objetivo em relação à receita e despesa de capital, que se deviam sobretudo a três grandes obras de grande



investimento e que estavam com uma taxa de execução muito baixa, designadamente, a Casa do Passal, a Ciclovía e o Mercado de Ideias, mas mantinha a confiança de concluir estas obras até final de setembro de forma a não penhorar o respetivo financiamento e, nesse caso, conseguiriam ter uma taxa de execução muito boa. Estão a fazer todo o esforço para até setembro recuperar o tempo perdido e concluir estas obras que são prioritárias no que diz respeito ao financiamento do 2020, cujo prazo não pode ser prolongado. Também temos que concluir outra obra que, são sendo uma obra da Câmara, é uma obra do 2020 que é a Fundação José Nunes Martins, cuja taxa de execução tem sido uma preocupação muito grande. Se tivermos em conta a taxa de execução, o orçamento é de catorze milhões, mas falta uma variável importante que é o valor do PACTO, ainda em negociação, e nesse caso, o orçamento será mais alto. No pior cenário poderemos ter cinco milhões de euros de investimento, no melhor cenário podemos ir até sete, cinco milhões de euros, dependendo da distribuição que se fizer por todos os municípios da CIM cujo montante total é de centro e trinta e cinco milhões de euros, tendo em conta as propostas que forem apresentadas. Por isso, se se acrescentar o valor do PACTO o orçamento poderá rondar os vinte e cinco milhões, sendo um orçamento mais robusto, mas com mais responsabilidade para a execução. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Relativamente à proposta apresentada, afirmou que era intenção da Câmara Municipal reabilitar essa estrutura, assim como as Piscinas e a Biblioteca Municipal, estando a aguardar apenas as verbas provenientes do PACTO, adiantando ainda que, caso seja possível, é também objetivo do Executivo fazer um pavilhão multiusos, no parque verde, que poderá vir a ser utilizado para a realização de bailes deixando as instalações do antigo quartel dos bombeiros para o que considerava mais adequado para aquele espaço – salas de formação, de capacitação e de atendimento das questões relacionadas com a Proteção Civil. \_\_\_\_\_



—————Finda a análise deste ponto da ordem de trabalhos, a Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, colocou em votação este ponto, tendo-se obtido o seguinte resultado: —————

—————Contra – 8 (oito) votos —————

—————Abstenções – 0 (zero) votos —————

—————A favor – 12 (doze) votos. —————

—————Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com oito votos contra dos membros José Manuel Abreu Carvalho, Jani Marlene de Sousa Amaral, Sandra Cristina de Oliveira Cortês, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Francisco Rafael Batista Gouveia, Casimiro Alves Martins Loureiro, Nuno Miguel Dias Marques, António Manuel Lopes Batista e doze votos a favor de Cilene Gomes Lindinho, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, Sérgio Correia Costa Rodrigues, António Jorge Ribeiro de Figueiredo, Patrícia dos Santos Ribeiro Costa, Tiago André Pereira Afonso, Paulo Jorge de Sousa Batista, Nuno Miguel Pais Seabra, Teresa Paula Oliveira Cortês Ferreira, Cátia Marisa Correia Mendes e Adelino Morgado Carneiro, a proposta apresentada pela Câmara Municipal, referente à Primeira Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do ano de dois mil e vinte e três, precedida da aprovação, por parte da Câmara Municipal, do Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental, referente ao ano de dois mil e vinte e dois, para efeitos de integração do Saldo de Gerência. —————

—————A documentação vai ser arquivada em pasta própria. —————

—————A bancada do Partido Social Democrata prestou declaração de voto nos seguintes termos:- —————

—————“DECLARAÇÃO DE VOTO —————





Enquanto houver pessoas que, para aceder às suas habitações, quer sejam modestas ou mais nobres, tenham de enlamear os seus pés e/ou caminhar por becos, não podemos votar a favor.

É um orçamento exclusivamente virado para um sentido; que não conduz a um desenvolvimento real e a uma reciprocidade de investimento do Município, pelo que penalizava os contribuintes.”

A bancada do CICC – Cidadãos Independentes pelo Concelho do Carregal prestou também declaração de voto, nos seguintes termos:

“DECLARAÇÃO DE VOTO

(Ponto 3 – Modificação ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano)

Membros do Movimento de Cidadãos Independentes pelo Concelho do Carregal (CICC) da Assembleia Municipal de Carregal do Sal, relativamente à 1.ª revisão ao orçamento e às grandes opções do plano para o ano de 2023, vota contra pelos seguintes factos:–

1 - Sendo coerentes com a anterior votação do orçamento e com as respetivas justificações que constam nessa declaração de voto;

2 - Por se tratar de um documento que, claramente, não cumpre o programa com que o PS se apresentou ao eleitorado;

3 - Por se tratar de um documento, cuja execução e responsabilidade cabe em exclusivo ao Executivo, levando a que o Movimento CICC, maioritariamente não se reveja no mesmo.

Carregal do Sal, 22 de Fevereiro de 2023.”

**4. EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS**

4.1 EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZO DESTINADO À AINTAR. FINANCIAMENTO DE OPERAÇÕES NO QUADRO POSEUR. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.



———A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, deu início ao ponto dando a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a apresentação deste assunto e, se fosse possível, que apresentasse todos os subpontos do ponto quatro.———

———*Presidente da Câmara Municipal* - No uso da palavra, informou que a proposta tinha ido a reunião de Câmara tendo sido aprovada por maioria.———

———Explicou as previsões para o ano de dois mil e vinte e três justificando alguma discrepância dos valores, quando comparados com os apresentados na última sessão da Assembleia Municipal. ———

———Relativamente aos empréstimos estavam considerados os valores para a obra da Ciclovia e via pedonal Carregal-Oliveirinha e Requalificação do antigo Mercado Municipal; Arranjos Exteriores da Casa do Passal, Requalificação do Centro de Saúde e AINTAR/ ETAR de Papízios. Concluiu que a expectativa, com a revisão de preços, era de seiscentos e setenta e quatro mil e quinhentos euros de acréscimo à dívida existente, mas, no final do ano, fariam o balanço dessas opções e assumiriam as respetivas responsabilidades.———

———A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto para discussão este ponto da ordem do dia, aceitando inscrições.———

———*Casimiro Alves Martins Loureiro* - Usou de novo da palavra para questionar o que iria ser feito à deliberação de dezembro relativa à autorização de empréstimo de seiscentos e oitenta mil euros para a Ciclovia Caminho da Esperança e, em relação à comparticipação das obras do Centro de Saúde, através do PRR, o que iria fazer com o valor daquele empréstimo, caso o município seja ressarcido dos previsíveis cem por cento de comparticipação. ———

———*Presidente da Câmara Municipal* - Esclareceu que, em relação ao Caminho da Esperança, o valor tinha sido retirado nas Grandes Opções do Plano e, em relação ao Centro de Saúde, não usariam aquele empréstimo. ———



\_\_\_\_\_A Presidente da Assembleia Municipal, uma vez prestados todos os esclarecimentos sobre o assunto em apreço, colocou o ponto a votação, tendo-se obtido o seguinte resultado: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Contra – 0 (zero) votos \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Abstenções – 8 (oito) votos \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A favor – 12 (doze) votos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com oito abstenções dos membros José Manuel Abreu Carvalho, Jani Marlene de Sousa Amaral, Sandra Cristina de Oliveira Cortês, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Francisco Rafael Batista Gouveia, Casimiro Alves Martins Loureiro, Nuno Miguel Dias Marques, António Manuel Lopes Batista e doze votos a favor de Cilene Gomes Lindinho, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, Sérgio Correia Costa Rodrigues, António Jorge Ribeiro de Figueiredo, Patrícia dos Santos Ribeiro Costa, Tiago André Pereira Afonso, Paulo Jorge de Sousa Batista, Nuno Miguel Pais Seabra, Teresa Paula Oliveira Cortês Ferreira, Cátia Marisa Correia Mendes e Adelino Morgado Carneiro, a proposta apresentada pela Câmara Municipal, referente ao Empréstimo Bancário de Médio e Longo Prazos destinado à AINTAR. Financiamento de Operações no Quadro do POSEUR, à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Terras de Viriato, nos seguintes termos: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - Montante até 280.300€; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - Prazo total de 15 ou 20 anos, a definir pela Câmara Municipal, com período de utilização/carência até 24 meses \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - Taxa de juro indexada a Euribor a seis meses; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - Reembolso em prestações semestrais postecipadas, sucessivas, constantes de



capital e juros ao saldo; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Possibilidade de reembolso antecipado da totalidade ou parte do capital em dívida sem penalização para o Município; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ "Spread" de 0,45%, sendo que, caso acrescido de taxa Euribor negativa assuma valor negativo, será considerado para efeitos de cálculo de juros o valor zero; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Comissão de abertura de 0,1%; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Garantias de acordo com a legislação em vigor (Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual). \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 4.2 EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZO DESTINADO À OBRA DOS ARRANJOS EXTERIORES DA CASA DO PASSAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, deu início ao ponto dando a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a apresentação deste assunto. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Presidente da Câmara Municipal* - Informou que a proposta tinha ido a reunião de Câmara tendo sido aprovada por maioria, pelo que nada tinha a acrescentar, mas estava disponível para eventuais esclarecimentos que entendessem solicitar. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto para discussão este ponto da ordem do dia, não se tendo registado inscrições, pelo que, de imediato, colocou o ponto a votação, obtendo-se o seguinte resultado: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Contra – 0 (zero) votos \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Abstenções – 8 (oito) votos \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A favor – 12 (doze) votos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com oito abstenções dos membros José Manuel Abreu Carvalho, Jani Marlene de Sousa Amaral,



Sandra Cristina de Oliveira Cortês, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Francisco Rafael Batista Gouveia, Casimiro Alves Martins Loureiro, Nuno Miguel Dias Marques, António Manuel Lopes Batista e doze votos a favor de Cilene Gomes Lindinho, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, Sérgio Correia Costa Rodrigues, António Jorge Ribeiro de Figueiredo, Patrícia dos Santos Ribeiro Costa, Tiago André Pereira Afonso, Paulo Jorge de Sousa Batista, Nuno Miguel Pais Seabra, Teresa Paula Oliveira Cortês Ferreira, Cátia Marisa Correia Mendes e Adelino Morgado Carneiro, a proposta apresentada pela Câmara Municipal, referente ao Empréstimo Bancário de Médio e Longo Prazos destinado à Obra dos Arranjos Exteriores da Casa do Passal, à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Terras de Viriato, nos seguintes termos: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - Montante até 630.000€; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - Prazo total de 15 ou 20 anos, a definir pela Câmara Municipal, com período de utilização/carência até 24 meses; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - Taxa de juro indexada a Euribor a seis meses; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - Reembolso em prestações semestrais postecipadas, sucessivas, constantes de capital e juros ao saldo; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - Possibilidade de reembolso antecipado da totalidade ou parte do capital em dívida sem penalização para o Município; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - "Spread" de 0,45%, sendo que, caso acrescido de taxa Euribor negativa assuma valor negativo, será considerado para efeitos de cálculo de juros o valor zero; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - Comissão de abertura de 0,1%; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - Garantias de acordo com a legislação em vigor (Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual). \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 4.3 EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZO DESTINADO À OBRA DE REABILITAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DE CARREGAL DO SAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-



—————A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, deu início ao ponto reiterando o plasmado no ponto anterior, pelo que, de imediato, declarou aberto para discussão este ponto da ordem do dia, não se tendo registado inscrições. —————

—————Face ao exposto, colocou o ponto a votação, obtendo-se o seguinte resultado: ———

—————Contra – 0 (zero) votos —————

—————Abstenções – 4 (quatro) votos —————

—————A favor – 16 (dezasseis) votos. —————

—————Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com quatro abstenções dos membros José Manuel Abreu Carvalho, Jani Marlene de Sousa Amaral, Sandra Cristina de Oliveira Cortês, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira e dezasseis votos a favor de Cilene Gomes Lindinho, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, Sérgio Correia Costa Rodrigues, António Jorge Ribeiro de Figueiredo, Patrícia dos Santos Ribeiro Costa, Tiago André Pereira Afonso, Paulo Jorge de Sousa Batista, Nuno Miguel Pais Seabra, Teresa Paula Oliveira Cortês Ferreira, Cátia Marisa Correia Mendes, Adelino Morgado Carneiro, Francisco Rafael Batista Gouveia, Casimiro Alves Martins Loureiro, Nuno Miguel Dias Marques e António Manuel Lopes Batista, a proposta apresentada pela Câmara Municipal, referente ao Empréstimo Bancário de Médio e Longo Prazos, destinado à Obra de Reabilitação do Centro de Saúde de Carregal do Sal, à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Terras de Viriato, nos seguintes termos: —————

————— Montante até 745.900€; —————

————— Prazo total de 15 ou 20 anos, a definir pela Câmara Municipal, com período de utilização/carência até 24 meses; —————

————— Taxa de juro indexada a Euribor a seis meses; —————



\_\_\_\_\_ Reembolso em prestações semestrais postecipadas, sucessivas, constantes de capital e juros ao saldo; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Possibilidade de reembolso antecipado da totalidade ou parte do capital em dívida sem penalização para o Município; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ "Spread" de 0,45%, sendo que, caso acrescido de taxa Euribor negativa assuma valor negativo, será considerado para efeitos de cálculo de juros o valor zero; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Comissão de abertura de 0,1%; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Garantias de acordo com a legislação em vigor (Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual). \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 4.4 EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZO DESTINADO À OBRA DE CONSTRUÇÃO DE CICLOVIA ENTRE CARREGAL DO SAL E OLIVEIRINHA. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, e uma vez que já tinham sido prestados todos os esclarecimentos sobre o assunto em apreço, colocou o ponto a votação, tendo-se obtido o seguinte resultado: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Contra – 0 (zero) votos \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Abstenções – 8 (oito) votos \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A favor – 12 (doze) votos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com oito abstenções dos membros José Manuel Abreu Carvalho, Jani Marlene de Sousa Amaral, Sandra Cristina de Oliveira Cortês, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Francisco Rafael Batista Gouveia, Casimiro Alves Martins Loureiro, Nuno Miguel Dias Marques, António Manuel Lopes Batista e doze votos a favor de Cilene Gomes Lindinho, Paulo Filipe



Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, Sérgio Correia Costa Rodrigues, António Jorge Ribeiro de Figueiredo, Patrícia dos Santos Ribeiro Costa, Tiago André Pereira Afonso, Paulo Jorge de Sousa Batista, Nuno Miguel Pais Seabra, Teresa Paula Oliveira Cortês Ferreira, Cátia Marisa Correia Mendes e Adelino Morgado Carneiro, a proposta apresentada pela Câmara Municipal, referente ao Empréstimo Bancário de Médio e Longo Prazos destinado à Obra de Construção de Ciclovia entre Carregal do Sal e Oliveirinha, à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Terras de Viriato, nos seguintes termos: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Montante até 367.200€; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Prazo total de 15 ou 20 anos, a definir pela Câmara Municipal, com período de utilização/carência até 24 meses; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Taxa de juro indexada a Euribor a seis meses; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Reembolso em prestações semestrais postecipadas, sucessivas, constantes de capital e juros ao saldo; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Possibilidade de reembolso antecipado da totalidade ou parte do capital em dívida sem penalização para o Município; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ "Spread" de 0,45%, sendo que, caso acrescido de taxa Euribor negativa assuma valor negativo, será considerado para efeitos de cálculo de juros o valor zero; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Comissão de abertura de 0,1%; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Garantias de acordo com a legislação em vigor (Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual). \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 4.5 EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZO DESTINADO À OBRA DE REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO DO MERCADO MUNICIPAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, deu início ao ponto dando a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a apresentação deste assunto. \_\_\_\_\_





\_\_\_\_\_A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, e uma vez que já tinham sido prestados todos os esclarecimentos sobre o assunto em apreço, colocou o ponto a votação, tendo-se obtido o seguinte resultado: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Contra – 0 (zero) votos \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Abstenções – 8 (oito) votos \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A favor – 12 (doze) votos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com oito abstenções dos membros José Manuel Abreu Carvalho, Jani Marlene de Sousa Amaral, Sandra Cristina de Oliveira Cortês, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Francisco Rafael Batista Gouveia, Casimiro Alves Martins Loureiro, Nuno Miguel Dias Marques, António Manuel Lopes Batista e doze votos a favor de Cilene Gomes Lindinho, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, Sérgio Correia Costa Rodrigues, António Jorge Ribeiro de Figueiredo, Patrícia dos Santos Ribeiro Costa, Tiago André Pereira Afonso, Paulo Jorge de Sousa Batista, Nuno Miguel Pais Seabra, Teresa Paula Oliveira Cortês Ferreira, Cátia Marisa Correia Mendes e Adelino Morgado Carneiro, a proposta apresentada pela Câmara Municipal, referente ao Empréstimo Bancário de Médio e Longo Prazos destinado à Obra de Requalificação do Edifício do Mercado Municipal, à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Terras de Viriato, nos seguintes termos: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - Montante até 213.600€; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - Prazo total de 15 ou 20 anos, a definir pela Câmara Municipal, com período de utilização/carência até 24 meses; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - Taxa de juro indexada a Euribor a seis meses; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - Reembolso em prestações semestrais postecipadas, sucessivas, constantes de



capital e juros ao saldo; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Possibilidade de reembolso antecipado da totalidade ou parte do capital em dívida sem penalização para o Município; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ "Spread" de 0,45%, sendo que, caso acrescido de taxa Euribor negativa assuma valor negativo, será considerado para efeitos de cálculo de juros o valor zero; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Comissão de abertura de 0,1%; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Garantias de acordo com a legislação em vigor (Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual). \_\_\_\_\_

## \_\_\_\_\_ **5. LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO DAS ENTIDADES PÚBLICAS** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 5.1 DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM ATRASO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022, ALÍNEA B), DO N.º 1, DO ARTIGO 15.º DA LCPA. INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL IP. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para dar a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a apresentação deste ponto da ordem do dia, deixando à consideração do Presidente da Câmara a apresentação simultânea do ponto cinco ponto dois e cinco ponto três. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Presidente da Câmara Municipal* - O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Catalino Ferraz, afirmou nada ter a acrescentar em relação aos assuntos referidos, para além do que constava dos documentos de apoio a este ponto e aos pontos seguintes. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Presidente da Assembleia Municipal declarou então aberto o período de análise deste ponto e do ponto cinco ponto dois e cinco ponto três, salvaguardando que iriam ser votados um a um, não se tendo registado qualquer inscrição. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ De seguida, colocou em votação este ponto, tendo-se verificado o seguinte resultado: aprovado por unanimidade. \_\_\_\_\_



—————Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade, a declaração de recebimentos em atraso em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e dois, nos termos e para os efeitos da alínea b) do número um do artigo décimo quinto da Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei número oito barra dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na sua redação atual). —————

—————5.2 DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUIAS EXISTENTES A 31 DE DEZEMBRO DE 2022, ALÍNEA A), DO N.º 1, DO ARTIGO 15.º DA LCPA. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

—————Na sequência do que ficou deliberado no ponto anterior, a Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para colocar em votação este ponto, tendo-se verificado o seguinte resultado: aprovado por unanimidade. —————

—————Assim, face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade, a declaração de compromissos plurianuais existentes a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e dois, nos termos e para os efeitos da alínea a) do número um do artigo décimo quinto da Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei número oito barra dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na sua redação atual). —————

—————5.3 DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS EM ATRASO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022, ALÍNEA B), DO N.º 1, DO ARTIGO 15.º DA LCPA. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

—————Na sequência do que ficou deliberado no ponto cinco ponto um, a Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para colocar em votação este ponto, tendo-se verificado o seguinte resultado: aprovado por unanimidade. —————



— Assim, face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade, a declaração de pagamentos em atraso em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e dois, nos termos e para os efeitos da alínea b) do número um do artigo décimo quinto da Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei número oito barra dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na sua redação atual).

— **REVISOR OFICIAL DE CONTAS** —

— 6. NOMEAÇÃO DO CONSULTOR EXTERNO (REVISOR OFICIAL DE CONTAS).  
RATIFICAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

— A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para dar a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a apresentação deste ponto da ordem do dia.

— *Presidente da Câmara Municipal* - Usou da palavra para explicar que conseguiram manter o mesmo preço do ano anterior, contrariando o que tinha sido alvitado por alguns membros da Oposição quando, no primeiro ano, ganhou esse concurso, congratulando-se pelo conseguido.

— A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto este ponto da ordem do dia, não se tendo registado inscrições para o uso da palavra.

— De seguida, colocou em votação este ponto da ordem de trabalhos, tendo-se verificado o seguinte resultado: aprovado por unanimidade.

— Assim, face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou por unanimidade ratificar a proposta apresentada pela Câmara Municipal, referente à nomeação do consultor/auditor



externo, Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, SROC, S.A., responsável pela certificação legal de contas do Município, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo septuagésimo sétimo da Lei número setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **7. REGULAMENTAÇÃO MUNICIPAL** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 7.1 NASCER EM CARREGAL – REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO À NATALIDADE E ADOÇÃO – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para dar a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a alteração do regulamento de Apoio à Natalidade e Adoção. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Presidente da Câmara Municipal* - O Presidente da Câmara Municipal, contextualizou a alteração proposta, conforme tinha sido assumido anteriormente pelo executivo. Assim, esclareceu que aquilo que foi feito foi aumentar o valor do apoio em função do número de filhos, ou seja, nas situações de dois filhos o valor do apoio passava a ser de setecentos e cinquenta; se três, passava a mil duzentos e cinquenta e se quatro passava para dois mil euros, esperando poder aumentar esses valores no ano seguinte. A propósito informou que, no ano anterior, tinham sido apoiadas, no âmbito deste Regulamento, cerca de vinte famílias. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto este ponto da ordem do dia, aceitando inscrições. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Casimiro Alves Martins Loureiro* - Usou da palavra para deixar um repto e desafio. Assumindo entender o esforço que o executivo estava a fazer em relação a estes montantes, e atendendo à conjuntura atual, à taxa de inflação, ao facto de o custo de vida estar a subir desmesuradamente, propunha, não querendo mexer nesses montantes, que



se aliviasse o processo burocrático inerente aos processos e se dispensasse as famílias da apresentação dos comprovativos de despesa. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Tiago André Pereira Afonso* – Usou da palavra para afirmar que a alteração proposta era uma evolução positiva designadamente pelo alargamento do prazo de candidatura e pela gradação dos valores. Concluiu que isso refletia que o executivo continuava empenhado na missão de incentivar a natalidade e estava convicto de que, apesar disso, este era um processo de melhoria contínua. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Sandra Cristina de Oliveira Cortês* - Pediu esclarecimentos sobre o pagamento faseado dos apoios previstos, questionando os critérios dos valores enumerados, que se previa, irem até aos quatro mil euros até ao final do mandato e na situação de quatro ou mais filhos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Presidente da Câmara Municipal*- Ao membro Casimiro Loureiro, esclareceu que o objetivo era efetivamente estimular as compras no território concelhio e essas faturas e recibos serviam para comprovar isso mesmo. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Ao membro Tiago Afonso respondeu que efetivamente continuavam empenhados nessa missão e essa medida tinha, inclusive, sido pensada previamente com a Juventude Socialista. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Sobre a intervenção do membro Sandra Cortês respondeu que se pretendia efetivamente aumentar esses valores até final do mandato e, sobre o valor do apoio ao quarto filho ser mais alto do que nos anteriores, pois ao quarto filho, as despesas disparavam. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Sandra Cristina de Oliveira Cortês* - concordou que efetivamente as despesas disparavam em função do número de filhos, mas entendia que não era plausível conseguirem-se despesas para recém-nascidos nos montantes considerados, sobretudo no mercado local, pelo que talvez fosse de ponderar o tipo de despesas em que se pudesse



gastar o montante total alargando, por exemplo, a abrangência das despesas a considerar no Regulamento. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Presidente da Câmara Municipal* - Afirmou que entendia a intervenção do membro Sandra Cortês, e, portanto, poderia ser ponderada essa questão e, *qui ça*, o Regulamento poder ser trabalhado no sentido de ser mais explícito e consagrar de forma mais clara, por exemplo, os conceitos de equipamento e mobiliário como despesas. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Adelino Morgado Carneiro (Presidente da Junta de Freguesia de Parada)* – Apresentou cumprimentos. Sublinhou que a primeira Junta de Freguesia a incentivar e apoiar a natalidade foi a de Parada e, nesse sentido, tinham feito um acordo com algumas casas comerciais, farmácias, por exemplo, onde perante a apresentação de um documento oficial da própria Junta, essas famílias poderiam fazer as compras e essas despesas eram depois apresentadas à Junta de Freguesia por esses estabelecimentos, a fim de serem liquidadas as respetivas faturas/recibos. Concluiu que não percebia, portanto, a celeuma levantada em torno da apresentação dos comprovativos de despesa. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Findas as intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto em votação, tendo-se verificado o seguinte resultado: aprovado por unanimidade. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade, a proposta apresentada pela Câmara Municipal, referente à alteração do Nascer em Carregal – Regulamento Municipal de Apoio à Natalidade e Adoção. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 7.2 REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DE CARREGAL DO SAL – PROPOSTA. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para dar a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a aprovação do Regulamento do



Conselho Municipal de Juventude de Carregal do Sal. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Presidente da Câmara Municipal* – No uso da palavra, contextualizou a missão deste organismo, que foi reformulado em função das novas diretrizes regulamentares. Explicou que se aguardava a aprovação do Regulamento Final para depois ser nomeado o representante deste Conselho para integrar o Conselho Municipal de Educação. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto este ponto da ordem do dia, aceitando inscrições. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Tiago André Pereira Afonso* - usou da palavra para afirmar o seu agrado pelo documento em apreço pela forma como potenciava a participação de mais jovens na sociedade, como espaço próprio e na promoção de muitas competências essenciais para os mesmos e para o seu futuro. Dirigindo-se ao membro Casimiro Loureiro, acrescentou que o profissionalismo e o método de trabalho não tinham idade. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Casimiro Alves Martins Loureiro* - Usou a palavra para, em defesa da honra, questionar em que é que tinha ofendido o membro Tiago Afonso. Considerando que o membro lhe tinha dirigido palavras fraturantes, acrescentou que se havia alguém que apoiava os jovens, esse alguém era ele pois o seu discurso era pautado por uma defesa acérrima dos jovens, o que mostrava imaturidade e desconcentração total dos trabalhos por parte do membro. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Tiago André Pereira Afonso* - Voltou a usar a palavra para esclarecer que apenas referiu uma citação proferida sobre os jovens. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Presidente da Câmara Municipal* - Dirigiu-se ao membro Casimiro Loureiro apelando a alguma tolerância pois o essencial é incentivar a participação dos jovens e admitia que, na sua primeira intervenção sobre os jovens, possivelmente também ficaria melindrado. Reiterou que o importante era, no entanto, o essencial e isso estava previsto no Regulamento proposto ao incentivar a participação dos jovens nos diversos domínios da





sociedade. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Findas as intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto em votação, tendo-se verificado o seguinte resultado: aprovado por unanimidade. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Assim, face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade, a proposta apresentada pela Câmara Municipal, referente à alteração do Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Carregal do Sal. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 7.3 REGULAMENTO DO SERVIÇO MUNICIPAL DE PSICOLOGIA DE CARREGAL DO SAL – PROPOSTA. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para dar a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a aprovação do regulamento do Serviço Municipal de Psicologia de Carregal do Sal. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Presidente da Câmara Municipal* - O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, explicou tratar-se de uma novidade pois até então esse Serviço não estava oficialmente criado. Contextualizou o funcionamento do mesmo, que considerou muito importante para o Município. Recordou, a propósito, que essa proposta já tinha sido apresentada ao anterior executivo, acrescentando que a Câmara Municipal já dispunha de uma psicóloga e estava aberto concurso para mais uma psicóloga, por forma a fazer face às necessidades do Município a esse nível, uma vez que Carregal do Sal era um Concelho envelhecido e carenciado. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto este ponto da ordem do dia, aceitando inscrições. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Carina Isabel Pereira Pessoa* - Apresentou cumprimentos. Referiu-se ao Regulamento em apreço e à sua pertinência congratulando o executivo pela respetiva



constituição deixando, a propósito, alguns dados estatísticos sobre patologias do foro psicológico / mental, que, em Portugal, atingia uma em cada quatro pessoas. Admitindo que havia ainda um longo caminho a percorrer no sentido de colmatar o estigma ainda existente sobre estas patologias, tantas vezes, silenciosas. Terminou afirmando que, tendo este serviço uma valência multidisciplinar, se estava no caminho certo no que dizia respeito à promoção e prevenção da saúde mental. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Findas as intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto em votação, tendo-se verificado o seguinte resultado: aprovado por unanimidade. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Assim, face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade a proposta apresentada pela Câmara Municipal, referente ao Regulamento do Serviço Municipal de Psicologia de Carregal do Sal. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ***CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO*** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 8. NOMEAÇÃO DO REPRESENTANTE DO CONSELHO PEDAGÓGICO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CARREGAL DO SAL, NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para dar a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a apresentação deste ponto da ordem de trabalhos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Presidente da Câmara Municipal*- Voltou a usar da palavra para esclarecer que, por imperativos legais, teria de ser nomeado o representante do Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas no Conselho Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Educação. Acrescentou que o Regulamento consagrava a possibilidade de duas reuniões ordinárias e uma extraordinária, sendo que a primeira já se tinha realizado e contava,



portanto, que na próxima reunião, já estivessem presentes esses representantes, contando que o processo fosse célere. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto para discussão este ponto da ordem do dia, não tendo sido registadas inscrições para uso da palavra, pelo que, de imediato, colocou o mesmo à votação do plenário. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Assim, face à mesma, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou por unanimidade nomear o representante do Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas no Conselho Municipal de Educação de Carregal do Sal, nos termos e para os efeitos do que dispõe o artigo quinquagésimo oitavo do Decreto-Lei número vinte e um barra de dois mil e dezanove, de trinta de janeiro. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **9. CPCJ DE CARREGAL DO SAL** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **9.1 APRECIACÃO DO RELATÓRIO, DO ANO DE 2022, REFERENTE À ATIVIDADE DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DO CONCELHO DE CARREGAL DO SAL.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para dar a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a apresentação deste ponto da ordem do dia. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Vice-Presidente da Câmara Municipal* - A Vice-presidente da Câmara Municipal, Maria Izabel Ferreira Antunes d'Azevedo da Silva, apresentou cumprimentos ao plenário e a todos quantos assistiam aos trabalhos via *online*. Usou da palavra para sumariamente dar a conhecer a natureza dos casos que foram acompanhados, referindo o número e tipo de processos, acrescentando que a CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens terminou o ano de dois mil e vinte e dois com dezasseis processos ativos e no cômputo



dos cinquenta e quatro processos acompanhados, a problemática mais incidente foi a violência. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Continuou para sublinhar que o Relatório foi aprovado na reunião alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Carregal do Sal, e apresentado no CLAS – Conselho Local de Ação Social de Carregal do Sal, onde também foi apreciado. Enalteceu, depois, o trabalho de todas as pessoas envolvidas na Comissão, modalidades alargada e restrita, e a quem fez o acompanhamento das respetivas situações, deixando um agradecimento às respetivas equipas. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de apreciação deste ponto, aceitando inscrições. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Casimiro Alves Martins Loureiro* - Usou de novo da palavra para deixar uma palavra de apreço e um bem-haja muito grande a todos os membros da Comissão pois o seu desempenho era uma demonstração inequívoca de altruísmo, voluntarismo e do fazer bem sem a esperança de qualquer tipo de retorno. Referindo que a CPCJ de Carregal do Sal tem demonstrado a sua imparcialidade e espírito de missão, ao longo dos anos e, acima de tudo, o seu grau e a sua cultura de humanização, endereçando-lhe os parabéns. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Assembleia Municipal apreciou o Relatório, do ano de dois mil e vinte e dois, referente à atividade da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Carregal do Sal. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 9.2 CIDADÃOS ELEITORES DESIGNADOS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. OFÍCIO DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DO CONCELHO DE CARREGAL DO SAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para dar as explicações tidas por adequadas à boa compreensão do tema em análise, referindo-se ao ofício rececionado da Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e



Jovens de Carregal do Sal e à metodologia que iria ser seguida, na votação que seria por escrutínio secreto. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Informou ter recebido uma proposta do Grupo Municipal do Partido Socialista para que Ana Isabel Abrantes Ribeiro, continuasse a integrar a Comissão de Crianças e Jovens de Carregal do Sal. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Colocada em votação, por escrutínio secreto, foi apurado o seguinte resultado: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Contra – 0 (zero) votos; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Abstenções – 0 (zero); \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A favor – 20 (vinte) votos; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Assim, face à votação, nos termos do número três do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação por escrutínio secreto, deliberou designar a cidadã Ana Isabel Abrantes Ribeiro, com vinte votos a favor (por unanimidade), para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Carregal do Sal. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Presidente da Câmara Municipal* - Solicitou o uso da palavra para se congratular com a nomeação da Presidente da CPCJ e reconhecer, em nome do executivo, o excelente trabalho e dedicação votados àquela Comissão, pelo que era com grande satisfação que assistiam à sua recondução no cargo. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **10. ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o espaço destinado à intervenção do público, aceitando inscrições. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Jorge Figueiredo dos Santos* - Apresentou cumprimentos ao plenário e a todos quantos acompanhavam os trabalhos em casa. Agradeceu o facto de o Presidente da Câmara se ter referido à localidade da Póvoa da Pégada onde existiam efetivamente casas



abandonadas e era necessário intervir por questões de saúde pública. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Continuou para questionar se, no âmbito da Comissão Cinegética Municipal, presidida pelo Presidente da Câmara Municipal, já tinham nomeado os três caçadores que, ao abrigo da lei, deveriam integrar essa estrutura. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Continuou para questionar de quem era a responsabilidade pelas bocas-de-incêndio do Concelho pois estavam instaladas, mas nunca tinham sido sujeitas a manutenção ou sequer aferido o seu funcionamento. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Presidente da Câmara Municipal* - Respondeu que, em relação à Comissão não tinha conhecimento de terem sido nomeadas as restantes pessoas e nem sequer tinha havido qualquer reunião, pelo que iria tentar aferir dessa situação. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Relativamente às bocas-de-incêndio, esclareceu que a responsabilidade era repartida entre o Município e as corporações de bombeiros do Concelho e, perante o acordo referente às EIP – Equipas de Intervenção Permanente, essa verificação seria feita por essas equipas. Iria, no entanto, tentar saber do ponto de situação e do mesmo daria conta na próxima reunião. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **APROVAÇÃO, EM MINUTA, DE DELIBERAÇÕES NOS TERMOS DO NÚMERO TRÊS DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO SÉTIMO, DO ANEXO I, DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, informou que tendo em vista a eficácia dos assuntos deliberados, iria proceder à leitura da minuta das deliberações dos pontos três, quatro (quatro ponto um, quatro ponto dois, quatro ponto três, quatro ponto quatro, quatro ponto cinco), cinco (cinco ponto um, cinco ponto dois, cinco ponto três), seis, sete (sete ponto um, sete ponto dois, sete ponto três), oito, e nove (nove ponto um, nove ponto dois) da ordem do dia. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, colocou em



votação esta minuta, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Assembleia Municipal encontrava-se constituída por vinte membros: Cilene Gomes Lindinho, José Manuel Abreu Carvalho, Francisco Rafael Batista Gouveia, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, Sandra Cristina de Oliveira Cortês, Casimiro Alves Martins Loureiro, Sérgio Correia Costa Rodrigues, António Jorge Ribeiro de Figueiredo, Jani Marlene de Sousa Amaral, Nuno Miguel Dias Marques, Patrícia dos Santos Ribeiro Costa, Tiago André Pereira Afonso, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, António Manuel Lopes Batista, Paulo Jorge de Sousa Batista, Nuno Miguel Pais Seabra, Teresa Paula Oliveira Cortês Ferreira, Cátia Marisa Correia Mendes e Adelino Morgado Carneiro. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **ENCERRAMENTO.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Esgotada a ordem do dia, a Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, desejou a todos a continuação de uma boa noite. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Depois, deu por encerrada a sessão quando eram vinte e três horas e cinquenta e dois minutos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_E, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa. \_\_\_\_\_

A Presidente da Assembleia Municipal,

\_\_\_\_\_  
*Cilene Gomes Lindinho.*



00 Primeiro Secretário,

---

*Sérgio Correia Costa Rodrigues.*

A Segunda Secretária,

---

*Patrícia dos Santos Ribeiro da Costa.*